



## AGENDA DA SEMANA

## INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

### Copom deve interromper processo de queda da Selic. No cenário internacional, serão conhecidos dados de atividade das principais economias

O destaque da agenda econômica do país é a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, que ocorre nos dias 18 e 19 de junho e provavelmente vai manter a taxa Selic estável em 10,5% aa, pausando o ciclo de queda dos juros iniciado em agosto. Embora uma minoria (apenas 1 de 27 casas consultadas pela Bloomberg) ainda acredite que o Copom pode reduzir novamente a Selic em 0,25 pp, o mais provável é que a autoridade monetária interrompa o ciclo de flexibilização monetária. Tal decisão decorre de uma série de fatores, tanto internos, como externos. Do ponto de vista interno, o aumento da desancoragem das expectativas de inflação tem preocupado o BCB, que também conta com um cenário de demanda doméstica e mercado de trabalho aquecidos, choque inflacionário vindo da tragédia do RS e piora da percepção de risco fiscal do país, com efeitos negativos sobre a taxa de câmbio. Adicionalmente, a postergação do início do ciclo de queda dos juros nos EUA também tem contribuído para a deterioração do ambiente econômico. Além da decisão em si, haverá bastante atenção em relação ao tom do comunicado e ao placar da votação, lembrando que na última reunião os diretores indicados pelo atual governo optaram por uma postura menos conservadora (votaram por um corte de 0,50 pp ante decisão de 0,25 pp da maioria).

Já a Receita Federal pode divulgar os dados de arrecadação de impostos de maio, cuja expectativa é de uma alta real de 10,1% ante o mesmo período de 2023. Sem grandes surpresas, a arrecadação deve seguir impulsionada pelos tributos ligados ao mercado de trabalho e pelas medidas de recomposição de impostos. Ainda no tema fiscal, o mercado seguirá acompanhando o debate político sobre o tema, inclusive sobre a possibilidade do governo patrocinar medidas que freiem o avanço das despesas. Ainda nesta seara, deve haver também continuidade das discussões em torno das medidas de compensação da renúncia fiscal gerada pela desoneração da folha de pagamento de alguns setores da economia e dos municípios de pequeno porte (até 156 mil habitantes), após o Senado devolver a MP que limitava o uso de créditos tributários originados via PIS/Cofins pelas empresas.

A FGV divulgou hoje cedo o resultado do IGP-10, que sinaliza aumento da pressão inflacionária vinda dos alimentos para os consumidores. Segundo a Fundação, o IGP-10 subiu 0,83% em junho, com o aumento dos preços de itens agropecuários no atacado (soja e derivados, batata, leite, carne bovina, entre outros). Com isso, o índice acumulou alta de 1,79% em 12 meses, saindo do terreno deflacionário que se encontrava desde abril de 2023. Ainda hoje, a FGV divulga o resultado do Monitor do PIB de abril, que assim como o índice IBC-Br, deve mostrar que a economia perdeu um pouco o ímpeto no início do 2T24.

Na agenda internacional, destaque para os dados de atividade da economia norte-americana, que tem mostrado alguma desaceleração neste ano. Os dados de maio da indústria (+0,3%) e do varejo (+0,3%) serão conhecidos na terça (18) e a expectativa é de ligeira alta após a estabilidade dos dois setores em abril. Ainda assim, devem indicar uma moderação do ritmo de crescimento da economia dos EUA, podendo dar força as apostas de duas quedas de juros pelo Fed ainda neste ano.

Também serão conhecidas as prévias de junho dos índices PMIs dos EUA e da Zona do Euro na semana. Os números serão divulgados na sexta (21) e devem mostrar alguma desaceleração de ambas as economias no mês. Nos EUA, ainda completam a agenda os indicadores do setor imobiliário do maio. Na Europa, haverá também a divulgação da leitura final da inflação ao consumidor (CPI) de maio, na terça (18), que deve acelerar para uma alta de 2,6% (ante +2,4%) em 12 meses.

Na China, foram divulgados ontem (16) os indicadores de atividade de maio, que seguem mostrando uma divergência entre a oferta (indústria) e a demanda (varejo) no país. As vendas no varejo cresceram 3,7% (ante mai/23), enquanto a produção industrial subiu 5,6%. Contudo, a estratégia de estímulo ao crescimento via oferta do governo chinês está começando a se esgotar, diante do aumento das restrições internacionais aos produtos chineses.

A próxima página traz o quadro completo da agenda de indicadores com as datas de divulgação e projeções de mercado.



## INDICADORES DA SEMANA

### NACIONAL

Data	Indicadores Nacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
17/jun	FGV: IGP-10	Jun/24	0,81% m/m 1,76% a/a	1,08% m/m -1,27% a/a
17/jun	FGV: Monitor do PIB	Abr/24	-	0,4% m/m 2,4% a/a
19/jun	BCB: Reunião do Copom	-	10,5% aa	10,5% aa
Sem data	RFB: Arrecadação Federal de Impostos	Mai/24	10,1% a/a	8,3% a/a

Fonte: Bloomberg.

### INTERNACIONAL

Data	País ou Região	Indicadores Internacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
16/jun	China	Produção Industrial	Mai/24	6,2% a/a	6,7% a/a
16/jun	China	Vendas no varejo	Mai/24	3,0% a/a	2,3% a/a
18/jun	Zona do Euro	Inflação ao Consumidor (CPI)	Mai/24 – final	0,2% m/m 2,6% a/a	0,6% m/m 2,4% a/a
18/jun	EUA	Vendas no varejo	Mai/24	0,3% m/m	0,0% m/m
18/jun	EUA	Produção Industrial	Mai/24	0,3% m/m	0,0% m/m
19/jun	China	Taxas Prime de Empréstimo 1 ano e 5 anos	Jun/24	3,45% aa / 3,95% aa	3,45% aa / 3,95% aa
20/jun	Zona do Euro	Confiança do Consumidor	Jun/24 – prévia	-13,8 pts	-14,3 pts
20/jun	EUA	Construções de casas novas	Mai/24	1,1% m/m	5,7% m/m
20/jun	EUA	Alvarás para novas construções	Mai/24	0,7% m/m	-3,0% m/m
21/jun	Zona do Euro	PMI Manufatura e Serviços	Jun/24 – prévia	47,9 pts / 53,4 pts	47,3 pts / 53,2 pts
21/jun	EUA	PMI Manufatura e Serviços	Jun/24 – prévia	51,0 pts / 53,4 pts	51,3 pts / 54,8 pts
21/jun	EUA	Vendas de casas existentes	Mai/24	-1,2% m/m	-1,9% m/m

Fonte: Bloomberg.

## ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

## INDICADORES ECONÔMICOS

### Alimentos pressionam a inflação, enquanto atividade perde tração em abril

O IPCA subiu 0,46% em maio, um pouco acima do esperado pelo mercado (+0,42%). A leitura mostrou aceleração tanto ante o mês anterior (+0,38%) quanto no acumulado em 12 meses, que passou de 3,69% para 3,93% e interrompeu a tendência de desaceleração do índice. Os alimentos deram contribuição importante para o aumento da pressão inflacionária, já capturando os primeiros impactos da tragédia no RS. Porém, o ponto de atenção foi a piora na composição do indicador, revertendo uma sequência de leituras mais favoráveis.

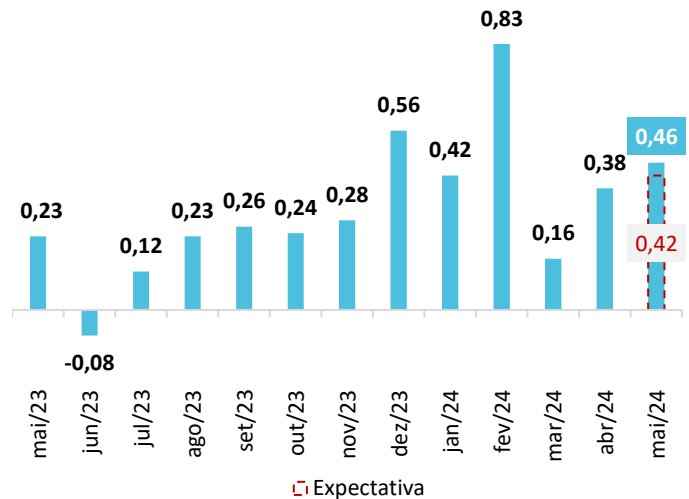
No mês, o principal vetor de alta veio dos alimentos consumidos no domicílio (+0,66%), especialmente dos itens *in natura* e cereais. Vale ponderar que os maiores impactos vieram da batata-inglesa (+20,61%) e do leite longa vida (+5,36%), influenciados pelo período de entressafra. Isto é, apesar da questão do RS ter sido um fator importante, não foi o único a pressionar os preços dos alimentos, que devem seguir em alta no curto prazo. Outras importantes altas vieram da energia elétrica (+0,94%), diante do reajuste tarifário em algumas capitais, e das passagens aéreas (+5,91%), que registraram a primeira alta no ano, após recuar nos últimos quatro meses.

Do ponto de vista qualitativo, os números também não mostraram um quadro favorável, com as principais medidas subjacentes mostrando alguma piora. A média dos núcleos\*, por exemplo, ficou praticamente estável em 12 meses (em 3,55% ante 3,53%), após longo ciclo de desinflação iniciado no fim de 2022, dando sinais de que tal processo está chegando ao fim, acima da meta (3%). Na mesma direção, os serviços subjacentes, que são acompanhados de perto pelo BCB, subiram de 4,75% para 4,78%, enquanto os serviços intensivos em mão de obra mantém tendência de aceleração, se aproximando de 6%, devido ao mercado de trabalho apertado.

Portanto, apesar de parte do aumento da pressão inflacionária ter vindo dos alimentos (impactados, dentre outros, pelo desastre no RS), a piora qualitativa do indicador também aumentou o desconforto com a evolução da inflação. Tal resultado, somado à piora do cenário econômico, reforçam a percepção de que o BCB deve ser cauteloso na reunião desta semana.

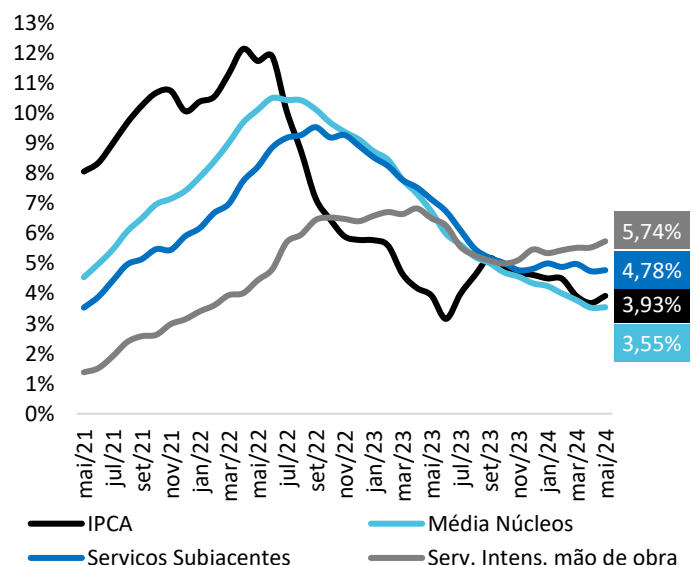
No âmbito da atividade, os indicadores de abril mostraram alguma perda de ímpeto no início do 2º trimestre, sugerindo um crescimento mais modesto para o PIB do período.

Quadro 1: IPCA – Var.% mensal



Fonte: IBGE

Quadro 2: IPCA e Índices Subjacentes – Acumulado em 12 meses



Fonte: IBGE. \*Médias aparadas com suavização; Dupla ponderação; EX-0; EX-3; Percentil 55

De um lado, o setor de serviços voltou a crescer em abril, com alta de 0,5% no mês, acima do esperado (+0,2%). Esta foi a segunda alta mensal seguida, que também contou com uma revisão positiva do dado de março, que passou de 0,4% para 0,7%. Na comparação com abril de 2023, o avanço do setor foi expressivo, de 5,6%, acumulando alta de 2,3% no ano.

No mês, três das cinco atividades analisadas mostraram avanço, com destaque para os serviços de transportes (+1,7%), de importante peso no setor. A maior alta foi em “Outros serviços” (+5,0%), enquanto os serviços de comunicação e informação também avançaram (+0,4%). Já os serviços administrativos (-1,1%) e prestados às famílias (-1,8%) registraram queda no mês, sendo que no caso deste último, foi afetado pela elevada base de comparação do mês anterior (evento musical de grande porte em SP).

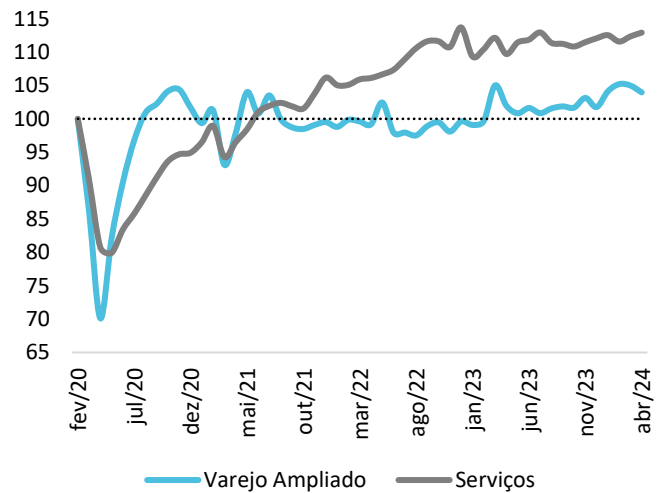
De outro lado, as vendas no varejo (ampliado) caíram 1,0% em abril, na contramão do esperado (+0,3%). O resultado, no entanto, foi concentrado no segmento do atacarejo (atacado especializado em produtos alimentícios) e não refletiu o desempenho da maioria das atividades do setor. Isso porque, 7 das 11 atividades pesquisadas cresceram no mês, com destaque para as altas nas vendas dos supermercados (+1,5%), combustíveis (+2,2%), móveis e eletrodomésticos (+2,4%), material de construção (+1,9%) e veículos (1,6%). Com isso, o varejo no conceito restrito (sem veículos, materiais de construção e atacarejo) cresceu 0,9% no mês, o 4º avanço seguido, se beneficiando do aumento da renda das famílias (via renda do trabalho e benefícios sociais) e da retomada do mercado de crédito.

Neste contexto, o índice IBC-Br de atividade econômica, calculado pelo BCB e considerado a proxy mensal do PIB, ficou estável em abril, abaixo das expectativas (+0,35%).

Assim, após o bom desempenho do PIB no 1T24 (+0,8%), a economia dá sinais que perdeu um pouco a tração neste 2T24, devido à dissipação de alguns efeitos, como o pagamento dos precatórios no fim de 2023 e a alta dos rendimentos atrelados ao salário-mínimo (que subiu em janeiro).

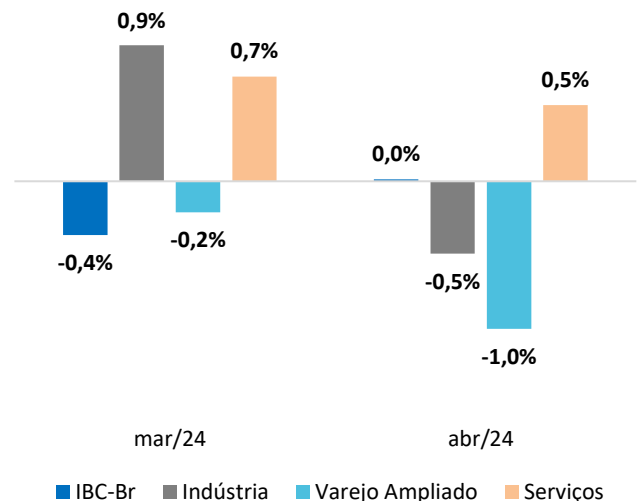
O resultado deixou um carregamento estatístico de -0,1% para o indicador no 2T24. Além disso, o mais provável é que o mês de maio apresente números negativos, em função do desastre no RS, o que reforça a percepção que a atividade deve mostrar um desempenho mais fraco neste trimestre. De toda forma, o mercado de trabalho aquecido ainda deve seguir impulsionando o consumo das famílias ao longo do ano.

Quadro 3: Serviços e Varejo Ampliado – série com ajuste sazonal (fev/20 = 100)



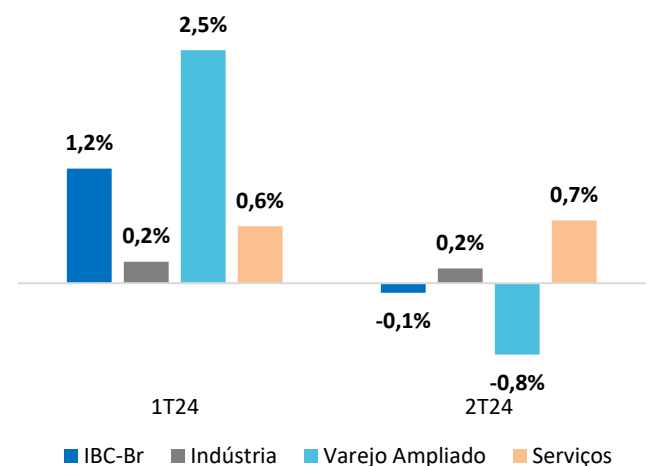
Fonte: IBGE

Quadro 4: Indicadores de Atividade – Var.% mensal



Fonte: IBGE e BCB

Quadro 5: Indicadores de Atividade – Var.% trimestral\*



Fonte: IBGE e BCB. \*Carry over para o 2T24

## Indicadores Econômicos – Cenário Internacional

### Fed segue cauteloso em indicar início do ciclo de queda dos juros nos EUA

Os dados de inflação abaixo do esperado nos EUA trouxeram um viés positivo para os mercados na última semana, apesar do Fed não sinalizar quando pretende iniciar o ciclo de flexibilização monetária no país. Pelo contrário, a autoridade monetária reduziu sua projeção para apenas um corte de juro no ano (ante 3 cortes). De todo modo, o mercado ignorou a sinalização do Fed e voltou a precificar dois cortes no ano, com início na reunião de setembro (dados do CME Group). Tal movimento reduziu os rendimentos dos *Treasuries*, cujas taxas dos títulos de 2 anos recuaram quase 0,2 pp na semana, retornando para a faixa de 4,70% aa. Neste contexto, os principais índices acionários dos EUA voltaram a atingir níveis recordes.

O Fed manteve a taxa básica de juro inalterada no intervalo entre 5,25% e 5,50% aa e o comunicado não trouxe grandes novidades, reforçando que o início do ciclo de cortes depende de maior clareza sobre o processo de desinflação. Na coletiva, o presidente, Jerome Powell, admitiu que a maior parte dos membros está dividida entre um ou dois cortes neste ano, sem deixar clara a sua opinião. O Colegiado também divulgou suas novas projeções, que reforçaram o adiamento da expectativa dos cortes dos juros ante as projeções divulgadas em março. A mediana para a taxas de juro, agora, prevê apenas um corte (de 0,25 pp) até o final do ano, com os *Fed Funds* atingindo 5,1% aa (entre 5,00% e 5,25% aa), contra -0,75 pp em março.

Já a inflação ao consumidor (CPI) ficou estável em maio, abaixo das projeções (+0,1%), refletindo a queda do preço de itens de energia, como gasolina (-3,6%) e gás encanado (-0,8%). Em 12 meses, o indicador desacelerou para 3,3% (ante +3,4%). Outra surpresa positiva veio do núcleo do CPI, que subiu 0,2% no mês com algum alívio no preço de bens (veículos novos: -0,5%) e serviços (transporte: -0,5%). Em base anual, a métrica desacelerou e chegou a 3,4% (ante +3,6%). Os preços ao produtor (PPI) também apresentaram um alívio maior que o esperado em maio, ao cair 0,2% no mês.

Já os mercados europeus tiveram fortes perdas na semana, que também penalizou o euro, refletindo as incertezas políticas na região, em especial na França, onde o presidente Macron dissolveu o Parlamento e convocou novas eleições.

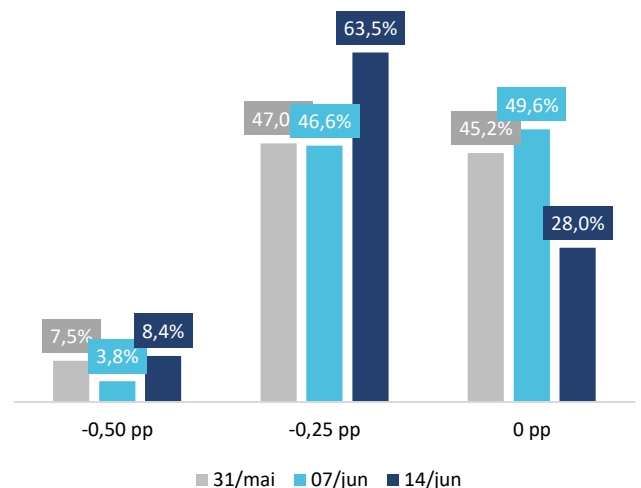
Na China, os dados de inflação de maio vieram em linha com o esperado, corroborando com o cenário deflacionário do país. O CPI ficou estável em 0,3% nos últimos 12 meses, enquanto o PPI segue em deflação (-1,4%) no mesmo comparativo.

Quadro 6: Mediana das Projeções dos membros do Fed – Junho de 2024

	Projeção jun/24			Diferença ante mar/24 (p.p.)		
	2024	2025	2026	2024	2025	2026
<b>Taxa de Juros (% aa)</b>	5,1	4,1	3,1	+0,5	+0,2	0,0
<b>Inflação PCE (Núcleo) (Var. % a/a)</b>	2,6	2,3	2,0	+0,2	+0,1	0,0
<b>PIB real (Var. % a/a)</b>	2,1	2,0	2,0	0,0	0,0	0,0
<b>Taxa de desemprego (%)</b>	4,0	4,2	4,1	0,0	+0,1	+0,1

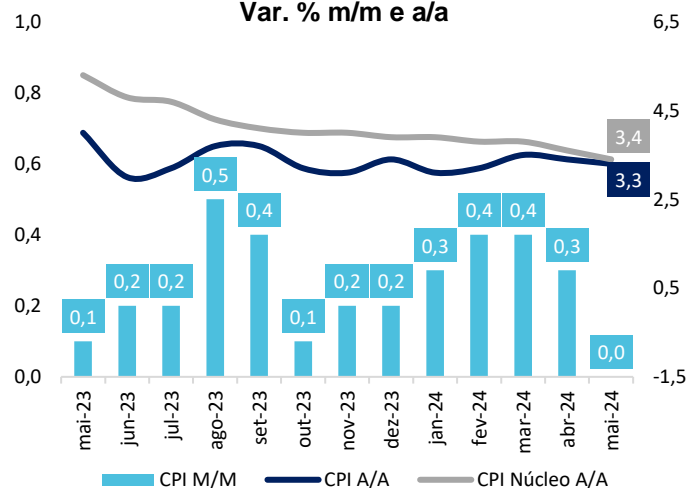
Fonte: Federal Reserve.

Quadro 7: Evolução da probabilidade de redução dos juros pelo Fed na reunião de setembro



Fonte: CME Group.

Quadro 8: EUA – Inflação ao Consumidor (CPI) Var. % m/m e a/a



Fonte: Bloomberg.

## Relatório de Economia Bancária (REB) – 2023

O informativo desta semana dá sequência à cobertura do Relatório de Economia Bancária de 2023, divulgado pelo Banco Central no último dia 6. Nesta semana, trazemos o estudo especial [Discricionaridade Judicial e a Oferta de Crédito Bancário](#), que estimou o impacto das decisões do poder judiciário sobre a oferta e o custo do crédito, quando estas são percebidas contendo um viés pró-devedor.

O estudo analisa as decisões da justiça estadual da primeira instância do estado de São Paulo, organizada em 319 comarcas, em casos relacionados aos quatro maiores conglomerados financeiros do país\*, entre o período de 2013 a 2018. Segundo o estudo, a distribuição aleatória de processos entre os juízes dentro de uma mesma comarca é a variação usada para identificar o efeito das IFs a respeito do judiciário local. E, a forma como as IFs reagem a esse “choque informacional” e a transmissão (via mercado de crédito) para as empresas com relacionamento a essas instituições é o objeto de análise do estudo.

Os autores do estudo coletaram informações de decisões judiciais de processos classificados como “procedimento comum cível” envolvendo operações de crédito de pessoas físicas e jurídicas, em que o polo passivo da ação é ocupado por um dos quatro maiores conglomerados financeiros do país. Em seguida, resumindo de forma bastante simplificada, calculam o viés pró-devedor percebido por cada IF em cada comarca ao ponderar a diferença da proporção de decisões favoráveis aos devedores naquela comarca em relação ao total.

O passo seguinte do estudo foi estimar o efeito que esse viés pró-devedor das decisões judiciais se dá na concessão de crédito e taxa de juros para cada localidade por trimestre, em operações de crédito destinadas às empresas. O estudo apontou que os conglomerados financeiros reduzem a oferta de crédito e elevam as taxas de juros quando observam mais decisões pró-devedor naquele lugar, indicando que as IFs aprendem a respeito do comportamento do judiciário local por meio dos processos em que participam. Em termos numéricos, o estudo indicou uma redução de 23 pp na taxa de crescimento de novos contratos diante de um aumento de 10% na proporção de decisões pró-devedor. Já em relação à taxa de juros, o aumento é de 7,5 pp na taxa anualizada dos novos contratos.

Em outro exercício, o estudo estimou o efeito das decisões judiciais sobre a renovação dos contratos de crédito de empresas com prévio relacionamento em uma das IFs em questão e com dívidas a vencer no curto prazo. O estudo apontou que as empresas experimentam uma redução proporcional de 11,44 pp no valor dos novos contratos se os conglomerados observam um aumento (de 10%) nas decisões pró-devedor das ações judiciais. Adicionalmente, o efeito encontrado é concentrado em pequenas e médias empresas.

Portanto, o estudo traz resultados importantes, que mostram os efeitos negativos sobre o mercado de crédito, quando há uma percepção que as decisões judiciais da região possuem um viés pró-devedor. Além disso, importante destacar que o efeito negativo se dá em todas as firmas, e não apenas naquelas que fazem parte da disputa dos processos. Assim, o estudo reforça a importância da proteção dos direitos dos credores, especialmente aqueles relacionados à recuperação de garantias e incentivos para a adimplência, como um ponto fundamental para o desenvolvimento do mercado de crédito do país.

\*O estudo excluiu a Caixa, pois os processos em que participa são julgados pela Justiça Federal.



## Relatório Mensal da Caderneta de Poupança – Mai/24

## CRÉDITO / BANCOS

A caderneta de poupança registrou captação líquida positiva no valor de R\$ 8,2 bilhões em maio, conforme divulgado pelo Banco Central do Brasil (BCB). O resultado contrasta com a retirada líquida de R\$ 12,2 bi observada no mesmo mês do ano passado. Além disso, este é o segundo mês com captação positiva no ano, indicando alguma melhora ante os anos de 2022 e 2023.

De toda forma, o resultado foi beneficiado pela antecipação do pagamento de 50% do 13º salário aos aposentados e pensionistas do INSS no mês. Os créditos para aqueles que recebem 1 salário mínimo foram feitos entre o final de abril e início de maio, já para os que estão acima do piso ficaram concentrados em maio. Como comparação, em 2023, a maior parte dos recursos foi paga em junho.

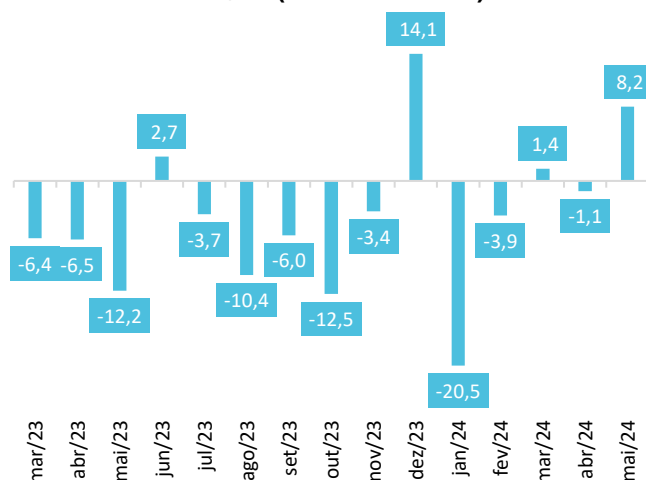
Com isso, a saída de recursos da modalidade no acumulado do ano recuou, atingindo R\$ 16,0 bi até maio, número melhor do que as saídas em 2022 (R\$ 51,9 bi) e 2023 (R\$ 73,0 bi) no acumulado do mesmo período, já com dados ajustados pela inflação. O saldo, por sua vez, subiu para R\$ 993,3 bi, já em nível pouco acima do valor nominal encerrado em 2023 (R\$ 983,0 bi).

O BCB explorou no capítulo 2 do Relatório de Economia Bancária de 2023, divulgado no último dia 6, a dinâmica recente das captações de recursos pelo SFN, que seguiu crescendo a um bom ritmo, apesar da contínua perda de recursos pela caderneta de poupança. O relatório mostrou que o estoque de captações do sistema bancário subiu 13,9% em 2023, mesmo em meio à queda da taxa Selic. De toda forma, a alta não foi disseminada entre os instrumentos (Quadro 11). Em termos absolutos, o movimento foi puxado pela captação via depósitos à prazo (R\$ 381 bi; +20%). Já em termos relativos, a alta foi liderada pelos instrumentos isentos de imposto de renda, como as LCAs (R\$ 114 bi; +50%) e LCIs (R\$ 114 bi; +36%).

O saldo da poupança encolheu R\$ 15 bilhões no mesmo período, com queda de 2% em termos relativos, sofrendo com o cenário de Selic mais alta e demais opções mais rentáveis de investimento. Ainda assim, a queda do saldo da poupança no ano foi menor do que em 2022, quando a modalidade perdeu R\$ 31 bi em recursos.

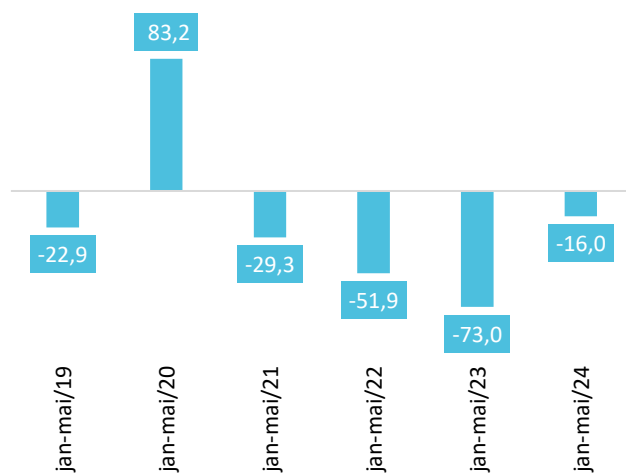
Por ora, a poupança dá sinais que este movimento de encolhimento do saldo está se revertendo, devendo apresentar alguma estabilidade em seu saldo total no ano. Contudo, isso não altera a necessidade de aprimoramentos nas fontes de *funding* do crédito imobiliário, fato que pode vir a comprometer o crescimento sustentável da linha.

Quadro 9: Captação Líquida da Caderneta de Poupança Em R\$ bi (IPCA de mai/24)



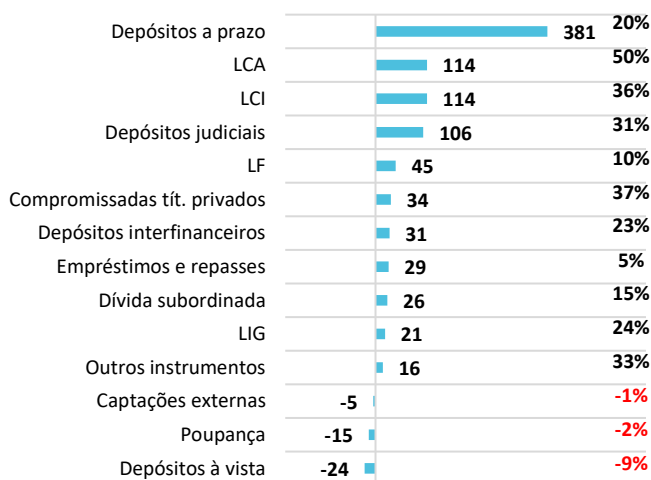
Fonte: Bacen.

Quadro 10: Captação da Caderneta de Poupança Acum. no Ano - Em R\$ bi (IPCA de mai/24)



Fonte: Bacen.

Quadro 11: Variação nos estoques entre 2023 e 2022 Em R\$ bi e %



Fonte: Bacen/REB 2023.

## Boletim do Mercado de Capitais Anbima – Mai/24

## CRÉDITO / BANCOS

O mercado de capitais registrou captação de R\$ 74,5 bilhões em maio, segundo dados da Anbima. O montante é o maior registrado até o momento no ano e o segundo maior para meses de maio (R\$ 79,0 bi em mai/21), com dados já ajustados pela inflação. Assim, o resultado confirma o bom momento vivido pelo segmento neste ano, após os problemas e incertezas que predominaram em 2023.

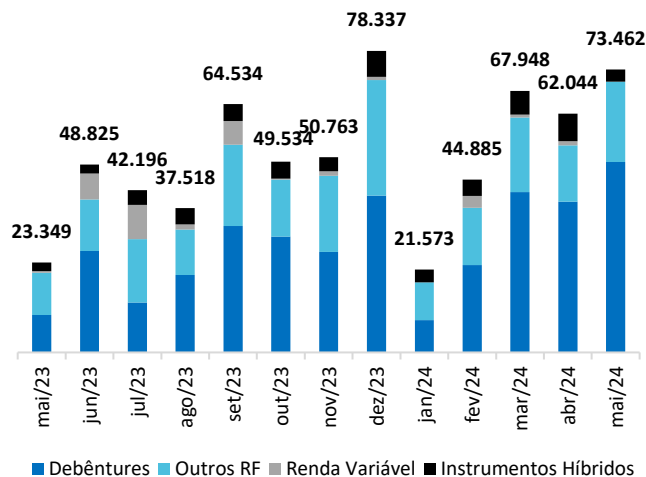
De toda forma, tal melhora segue concentrada nos instrumentos de renda fixa (emissão de dívida), enquanto as emissões via renda variável (*equity*) seguem bastante fracas. As captações via debêntures atingiram R\$ 49,5 bi no mês (67,4% do total) e representaram um valor cinco vezes superior ao emitido em maio de 2023, já com ajuste de inflação, quando o mercado estava praticamente paralisado por conta do efeito Americanas. A emissão dos demais instrumentos de renda fixa, contemplando os títulos de securitização (CRIs, CRAs e FIDCs) ficou em R\$ 20,9 bi no mês, com alta de 90,9% ante o mesmo período do ano passado. Destaque para as captações via CRIs (+131,5%), mesmo com o endurecimento das regras de emissões, enquanto as CRAs caíram 7,5%.

As emissões através de instrumentos híbridos (FIIs e Fiagros) somaram R\$ 3,1 bi no mês, com alta anual de 38,8%, diante da retomada das emissões dos FIIs (+94,9%). Por outro lado, as emissões via instrumentos de renda variável (*IPOs* e *follow-ons*) ficaram zeradas em maio, mostrando que o apetite por operações desta natureza segue praticamente nula.

No acumulado do ano, as emissões totalizaram R\$ 269,9 bi, alta de 139,8% ante o mesmo período do ano anterior. O ganho de tração das captações tem sido suficiente não apenas para superar a base mais fraca de comparação de 2023, mas também 2022, ano sem nenhum comportamento atípico, onde a alta de janeiro a maio foi de 34,2%, liderada pela retomada da emissão de debêntures (+40,3% ante 2022), que representa cerca de 60% do total emitido até agora no ano.

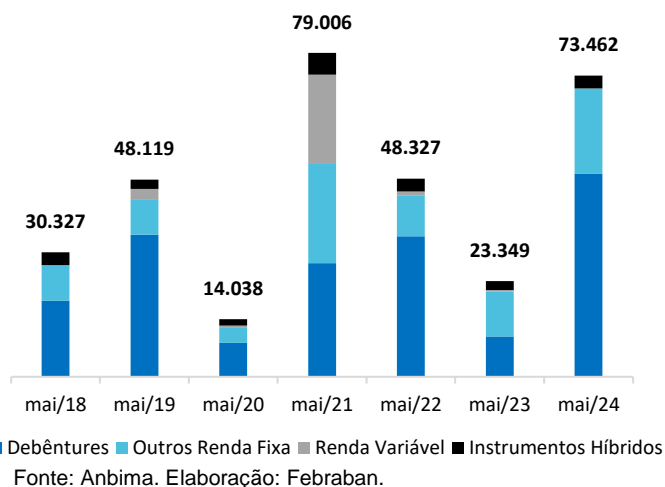
A expectativa é que as emissões no mercado doméstico de capitais sigam com bom volume ao longo do ano, podendo voltar próximo ao nível de 2021 (recorde da série). Contudo, a tendência é que sigam concentradas nos instrumentos de renda fixa, diante do cenário de juros elevados (que deve se manter, com a provável paralisação do ciclo de queda da Selic). Ainda assim, tal quadro reforça o ganho de importância do mercado de capitais como uma fonte de financiamento para as empresas, em complemento ao mercado de crédito bancário.

**Quadro 12: Captação no Mercado de Capitais  
Em R\$ mi (IPCA de mai/2024)**

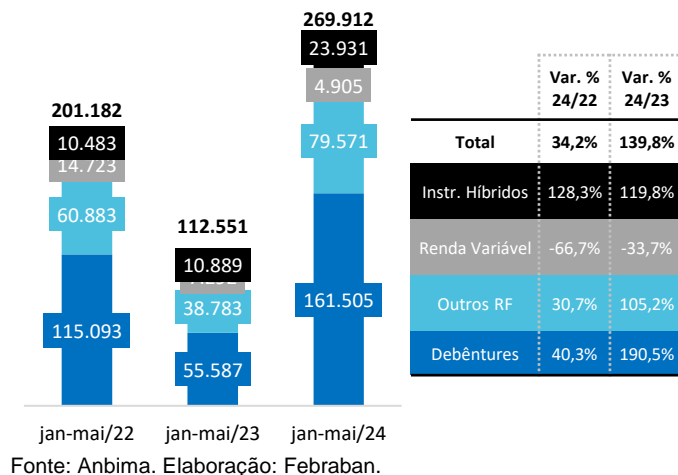


Fonte: Anbima. Elaboração: Febraban.

**Quadro 13: Captação no Mercado de Capitais  
Meses de Maio - Em R\$ mi (IPCA de mai/2024)**



**Quadro 14: Volume de captação de janeiro a maio  
R\$ bi (IPCA de mai/2024)**







## MERCADOS E EXPECTATIVAS

FOCUS – Indicadores Selecionados	2024				2025			
	14/06/24	07/06/24	17/05/24	Viés	14/06/24	07/06/24	17/05/24	Viés
IPCA (%)	3,96	3,90	3,80	▲	3,80	3,78	3,74	▲
PIB (% de crescimento)	2,08	2,09	2,05	▼	2,00	2,00	2,00	↔
Meta Selic - fim do ano (% a.a.)	10,50	10,25	10,00	▲	9,50	9,25	9,00	▲
Taxa de Câmbio - fim do ano (R\$/US\$)	5,13	5,05	5,04	▲	5,10	5,09	5,05	▲

Fonte: Banco Central do Brasil.

Indicadores do Mercado	14/06/24	Variação %			
		Na semana	No mês	No ano	12 meses
<b>NACIONAL</b>					
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	5,38	0,58%	2,48%	10,69%	11,69%
CDS Brasil 5 anos (em pontos)	158,15	8,02%	10,63%	19,39%	-14,75%
Juros DI 30 dias (% a.a.)	10,43	-0,03%	0,35%	-10,49%	-23,54%
Juros DI 1 ano (% a.a.)	10,93	0,09%	3,44%	8,84%	-8,87%
Juros DI 5 anos (% a.a.)	11,96	-0,34%	2,38%	18,73%	10,53%
Índice Ibovespa (em pontos)	119.662,38	-0,91%	-1,99%	-10,82%	0,37%
IFNC (setor financeiro)	12.059,67	-1,40%	-0,34%	-12,63%	-0,60%
<b>INTERNACIONAL</b>					
Fed Funds (% a.a.)	5,50	0,00%	0,00%	0,00%	4,76%
T-NOTE - 2 anos (% a.a.)	4,70	-3,73%	-3,45%	10,69%	1,35%
T-NOTE - 10 anos (% a.a.)	4,22	-4,80%	-6,17%	8,81%	13,57%
Dollar Index	105,55	0,63%	0,84%	4,16%	3,36%
Índice S&P 500 (em pontos)	5.431,60	1,58%	2,92%	13,87%	22,72%
Índice de ações de bancos – EUA	92,29	-2,87%	-5,86%	-15,73%	0,33%
Índice Euro Stoxx 50	4.839,14	-4,20%	-2,90%	7,03%	10,86%
Índice de ações de bancos - Zona do Euro	133,73	-8,07%	-8,88%	13,00%	28,43%
Barril de Petróleo - tipo Brent (US\$)	82,62	3,77%	1,23%	7,24%	9,18%

Fonte: Bloomberg.

**Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos**  
[economia@febraban.org.br](mailto:economia@febraban.org.br)

Rubens Sardenberg  
 Jayme Alves  
 Luiz Fernando Castelli  
 Daniel Casula  
 João Vítor Siqueira